

## Dicionário, sociedade e língua nacional: o surgimento dos dicionários monolíngües no Brasil

José Horta Nunes<sup>1</sup>

Vamos abordar neste trabalho a constituição dos dicionários monolíngües na conjuntura brasileira, procurando explicitar as condições desse acontecimento e mostrando a singularidade dele em um país de colonização. Falar da história dos dicionários brasileiros leva a considerar a passagem da lexicografia portuguesa à lexicografia brasileira e a explicitar a especificidade de cada uma dessas tradições, assim como mostrar seus entrecruzamentos, suas continuidades e descontinuidades, suas concomitâncias e defasagens.

O *Diccionario da lingua portugueza*, de A. de Moraes Silva,<sup>2</sup> publicado em Lisboa em 1789, é considerado o primeiro monolíngüe da língua portuguesa. O autor realiza um trabalho de redução do extenso dicionário de Bluteau, o *Vocabulario portuguez e latino*, de 1712-1728,<sup>3</sup> o qual, sendo um bilíngüe português-latim, já trazia longas definições em português. Ainda que Moraes seja um autor brasileiro, nascido no Rio de Janeiro, seu dicionário se filia diretamente à tradição portuguesa, em um momento em que os brasileiros realizavam estudos em Portugal. Depois

<sup>1</sup> Pesquisador da área de Análise de Discurso e de História das Idéias Lingüísticas e professor da UNESP. Atualmente desenvolve o projeto "Documentação Lingüística: Arquivo, Instrumentação, Divulgação". É autor do livro *Dicionários no Brasil: análise e história* (Pontes, 2007).

<sup>2</sup> SILVA, António de Moraes. *Diccionario da lingua portugueza*.

<sup>3</sup> BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez e latino*.

do Moraes, vários outros dicionários portugueses deram continuidade a essa série em Portugal.

Já os dicionários monolíngües brasileiros começam a aparecer no século XIX e se consolidam somente no século XX. No século XIX surgem os primeiros dicionários *parciais*. Entendemos por *parciais* os dicionários de complemento aos dicionários portugueses, como o de Rubim,<sup>4</sup> em 1853, os dicionários de regionalismos, como o de Coruja,<sup>5</sup> de 1852, e já no final do século os dicionários de brasileirismos, como os de Rohan,<sup>6</sup> de 1889, e Soares,<sup>7</sup> de 1888. Mas os dicionários *gerais* brasileiros somente aparecem no século XX, a partir dos anos 30, com os dicionários de Freire,<sup>8</sup> de 1939-1944, e Barroso e Lima,<sup>9</sup> de 1938. E eles se estabelecem definitivamente nos anos 1960-1970, quando substituem os dicionários portugueses, passando a ser mais utilizados que aqueles. Os dicionários de Silva,<sup>10</sup> que teve sua primeira edição em 1962, e Ferreira,<sup>11</sup> de 1975, são dois dos mais representativos desse último momento.

É bem recente, portanto, a constituição dos grandes dicionários monolíngües brasileiros. Para se compreender o longo processo que resultou nessas obras, convém levar em consideração o acúmulo de textos lexicográficos que se estendem desde os dicionários bilíngües (português-tupi/tupi-português) da época colonial e imperial, passando pelos dicionários parciais já mencionados do século XIX, assim como pela assimilação dos dicionários portugueses em circulação no Brasil.<sup>12</sup> Porém, é preciso considerar que os dicionários gerais, que projetam um imaginário de unidade, de completude, somente se apresentam e circulam de forma ampla e

<sup>4</sup> RUBIM, Braz da Costa. *Vocabulário brasileiro para servir de complemento aos dicionários da língua portuguesa*.

<sup>5</sup> CORUJA, Antônio Álvares Pereira. *Coleção de vocábulos e frases usados na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*.

<sup>6</sup> ROHAN, Visconde de Beaurepaire. *Dicionário de vocábulos brasileiros*.

<sup>7</sup> SOARES, Antônio Joaquim de Macedo. *Dicionário brasileiro da língua portuguesa*.

<sup>8</sup> FREIRE, Laudelino. *Grande e novíssimo dicionário da língua portuguesa*.

<sup>9</sup> BARROSO, Gustavo; LIMA, Hildebrando. *Pequeno dicionário brasileiro da língua portuguesa*.

<sup>10</sup> SILVA, Adalberto Prado e. *Novo dicionário brasileiro Melhoramentos ilustrado*.

<sup>11</sup> FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa*.

<sup>12</sup> Ver NUNES, José Horta. *Dicionários no Brasil: análise e história do século XVI ao XIX*.

contínua no século XX.<sup>13</sup> Não se trata de dicionários que complementem os dicionários portugueses ou acrescentam elementos a eles, mas sim de obras que passam a funcionar como representativas de uma totalidade da língua praticada no Brasil.

Nas reflexões que seguem, vamos mostrar que no período analisado do século XX, que vai dos anos 30 aos anos 70, podemos distinguir diferentes momentos dessa dicionarização, dos quais resultam certas formas de dicionário. Com isso, levantamos elementos para se pensar o processo de gramatização no Brasil e sua relação com a língua nacional.<sup>14</sup> Ao mesmo tempo, atentamos para a relação desses instrumentos com a sociedade, explicitando os modos de representá-la no discurso lexicográfico.

Tendo em vista esses objetivos, vamos primeiramente nos localizar no interior da perspectiva teórica que adotamos.

### Dicionário: discurso e história das idéias lingüísticas

Os trabalhos ligados ao Programa História das Idéias Lingüísticas, coordenado por Eni Orlandi (Unicamp) e Eduardo Guimarães (Unicamp) têm se dedicado a compreender a emergência de um saber metalingüístico no Brasil, suas transformações, sua institucionalização e sua relação com a formação de uma língua nacional.<sup>15</sup> Uma atenção especial é dada ao estudo dos instrumentos lingüísticos como gramáticas e dicionários. Aliando a perspectiva da análise de discurso à da História das Idéias Lingüísticas, os instrumentos lingüísticos são considerados na sua relação com a sociedade e a história.

<sup>13</sup> O dicionário de Silva Pinto é um caso singular no século XIX. Trata-se da primeira impressão de um dicionário geral brasileiro, em Ouro Preto, 1832, que na época se manteve isolada e sem continuidade. Os estudos em andamento de Ivana Stolze Lima e de Dantielli Assumpção Garcia permitirão conhecer melhor esse dicionário. Em nosso caso, vamos nos limitar ao século XX, quando há uma série de obras que consolidam a produção dos dicionários gerais no Brasil. (Ver PINTO, Luís Maria da Silva. *Dicionário da língua brasileira*.)

<sup>14</sup> Entendemos por *gramatização*, conforme S. Auroux, "o processo que conduz a *descrever* e a *instrumentar* uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalingüístico: a gramática e o dicionário." (AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*, p. 65.

<sup>15</sup> Ver ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). *História das idéias lingüísticas*.

Para o estudo das condições de produção dos dicionários tem sido muito produtivo o conceito de *hiperlíngua*, de S. Aurox.<sup>16</sup> Segundo esse autor, a *hiperlíngua* diz respeito não à língua de forma abstrata, mas sim, ao espaço-tempo onde se encontram os sujeitos falantes e onde se inserem também os instrumentos lingüísticos, que transformam as relações que esses falantes entretêm com a língua. Como mostra Aurox, sem os instrumentos lingüísticos talvez não se tivessem formado os espaços relativamente homogêneos das línguas nacionais, com as reduções das diferenças dialetais nos territórios em que eles circulam. No Brasil, acrescenta-se a isso o controle do multilingüismo, ou seja, da presença das línguas indígenas e africanas bem como das línguas de imigrantes.

Ao tratar dos modelos de gramatização, Eni Orlandi<sup>17</sup> assinala que o modelo brasileiro não é o mesmo de outros referentes ao espaço europeu, dentre os quais salientam-se o da *língua literária* (irlandês, provençal), o da *absolutista* (França, Espanha) e o da *comunitária* (Alemanha, Itália):

Em matéria de constituição das línguas nacionais e dos saberes lingüísticos, pensamos imediatamente em três modelos, próximos de nós e historicamente bem documentados, mesmo se sua oposição fica caricatural:

- Construção de uma língua literária (irlandês no século VII ou, a partir do XII, o provençal não somente para os toulousinos, catalões e italianos);
- Construção de uma língua comum pelo desenvolvimento hegemônico da burguesia (o caso alemão e o Hochdeutsch); a construção se faz a partir de vários centros, fora da elaboração de um Estado (pensamos nos países de língua alemã, mas igualmente na península italiana); aceitação conseqüente dos dialetos locais;

<sup>16</sup> A *hiperlíngua* é um espaço/tempo estruturado pelos seguintes elementos: diferentes indivíduos em relação de comunicação; tais relações se efetuam sobre a base de competências lingüísticas (aptidões atestadas por sua realização); as competências lingüísticas individuais não são as mesmas; os indivíduos podem ter acesso a instrumentos lingüísticos; os indivíduos têm atividades sociais; as relações de comunicação têm lugar em certos ambientes. (AUROUX, Sylvain. Língua e hiperlíngua.)

<sup>17</sup> ORLANDI, Eni Puccinelli. Apresentação. *História das idéias lingüísticas*, p. 12.

- Construção de uma língua nacional pela vontade de um Estado forte e cuja centralização se marca pela existência de uma capital em que está um poder central de natureza absolutista (França, Espanha); erradicação conseqüente das variantes locais ou das outras línguas que ocupam o território.<sup>18</sup>

Há ainda vários outros modelos de gramatização. No que concerne ao Brasil, Orlandi considera que seria preciso identificar um outro modelo: o dos países de colonização: “Trata-se do caso em que há extensão do uso de uma língua já instrumentalizada (ou em curso de instrumentalização sobre um território dado) para outro território. É o caso que se produziu nas grandes colonizações ocidentais (inglesa, francesa, portuguesa, espanhola, na América, em especial).”<sup>19</sup> Nesse caso, consideramos que o saber metalingüístico surge na tensão entre a posição do colonizador e a do colonizado, num processo que vai da “colonização” à “descolonização” e ao estabelecimento de relações internacionais, processo esse que deixa marcas nos instrumentos lingüísticos até a atualidade.

A constituição das gramáticas e dicionários brasileiros não corresponde desse ponto de vista somente a uma transposição dos instrumentos europeus, mas a todo um processo histórico singular, que se inicia com os primeiros contatos.<sup>20</sup> Desse processo resultam, além da inserção de gramáticas latinas e de dicionários portugueses, que serviram de base para a confecção dos instrumentos locais, formas específicas de gramáticas e dicionários, como as elaboradas pelos jesuítas na época colonial, e as que condicionaram a formação da língua nacional na segunda metade do século XIX. Essa produção se mostra por todo um conjunto de fatos, que vão desde o exercício de uma autoria brasileira

<sup>18</sup> Ibid., p. 14-15.

<sup>19</sup> Ibid., p.15.

<sup>20</sup> Eni Orlandi analisa de um ponto de vista discursivo as situações de contato e as produções lingüísticas que resultaram desde a época colonial (ORLANDI, Eni Puccinelli. *Terra à vista – discurso do confronto: Velho e Novo Mundo*).

até a produção de novos instrumentos ou à adaptação dos instrumentos portugueses.<sup>21</sup>

Tal modelo de dicionarização, que compreende o uso e a complementação dos dicionários portugueses, seguido da constituição dos dicionários gerais, apresenta algumas singularidades quando pensamos sua relação com a sociedade e a história, o que objetivamos mostrar analisando três formas de dicionário produzidos no Brasil do século XX: o *dicionário clássico*, o *dicionário popular* e o *dicionário popular-clássico ou médio*. Vamos mostrar que essas formas de dicionário correspondem a distintas representações da sociedade e dos sujeitos falantes na sua relação com a língua.

Antes de passarmos à análise desses dicionários, faremos algumas observações sobre o modo como nos situamos na análise de discurso, campo de saber que estuda a relação entre língua, sujeito e história. Uma análise do dicionário, dessa perspectiva, procura mostrar as condições sócio-históricas de sua produção. Assim, leva-se em conta primeiramente a posição do sujeito lexicógrafo, pensado aí não de modo empírico, mas como posição discursiva, posição esta que trabalha a relação do falante com as palavras e a partir da qual estas são selecionadas, definidas e exemplificadas. Faz parte também do estudo do sujeito lexicógrafo a análise de sua função de autoria, que frequentemente está ligada a determinações institucionais, editoriais, assim como aos diversos imaginários da autoria lexicográfica, como o de autor (o Moraes, o Aurélio), o de instituição (os dicionários das “academias”, como o da Academia Brasileira de Letras; o das editoras, como o Melhoramentos), os governamentais (como os produzidos pelo Ministério da Educação no Brasil). Enfim, há vários modos de no dicionário se apresentar e exercer a autoria. No período aqui analisado mostraremos algumas transformações do sujeito lexicógrafo e dos modos de autoria. Veremos, por exemplo, que em um primeiro momento o lexicógrafo se legitima junto às “autoridades” lite-

<sup>21</sup> Quanto à adaptação dos dicionários portugueses, podemos mencionar, por exemplo, o caso das edições brasileiras do dicionário de Caldas Aulete, a partir de 1958 (AULETE, Francisco Júlio Caldas. *Diccionario contemporaneo da lingua portugueza*).

rárias, enquanto que em outros ele se coloca como elaborador de exemplos didáticos.

A relação do sujeito e do dicionário com a história também é primordial para o estudo discursivo. Em diferentes momentos da história, nota-se a predominância de certas formas de dicionário e de determinadas relações com os saberes lingüísticos da época. Assim, os dicionários jesuítas no século XVI tomaram por base as gramáticas latinas, o dicionário de Moraes no século XVIII se sustentou nos ideais iluministas de clareza e concisão e na perspectiva da chamada gramática geral, a produção de dicionários bilíngües tupi-português se aliou à gramática comparativa do século XIX e à visão romântica das línguas que daí adveio.

Tendo em vista pensar o século XX, observamos algumas transformações históricas que afetam a formulação dos dicionários e sua relação com a sociedade e a língua nacional. Talvez a mais visível delas seja a atenção dispensada à diversidade social em suas distintas formas de manifestação. De início tratou-se de se levar em consideração as camadas populares, seja de modo a incorporá-la ou a distingui-la de uma elite letrada. Depois, a emergência de uma classe trabalhadora nos centros urbanos, de uma classe média composta de funcionários públicos e profissionais liberais, deixou seus traços na produção lexicográfica. Se, em finais do século XIX, a reivindicação da língua nacional passou pelo reconhecimento das falas do “povo”, os dicionários daí resultantes limitaram-se a complementar os dicionários portugueses, com uma diferenciação entre a “língua portuguesa” e a “linguagem brasileira”. No século XX, a alteridade não se mantém mais separada, ela se mostra no interior mesmo dos dicionários gerais ou na divisão entre tipos de dicionários: o erudito, o popular, o escolar, etc.

Enfim, considerar o dicionário como um discurso conduz a questionar a evidência das nomenclaturas e das definições e a compreendê-las como produzidas por e para sujeitos em certas circunstâncias. A língua construída pelo dicionário não é a língua “fluida”, a língua efetivamente praticada pelos sujeitos, ela é uma representação dessa língua; portan-

to, é uma “língua imaginária” fixada na história.<sup>22</sup> E esse imaginário tem uma eficácia discursiva no sentido de estabilizar a língua nacional, dotando-a de um instrumento que a simboliza. Além disso, ao selecionar as palavras e os modos de dizer de uma sociedade, o dicionário é um dos materiais mais pertinentes para se conhecer as significações que circularam em uma determinada época. A análise discursiva mostra que isso não é feito sem posicionamentos ideológicos e posições sustentadas na história das idéias lingüísticas.

### O dicionário clássico e a recusa do popular

Nos anos 30 do século XX, a presença das camadas populares se fazia sentir nos dicionários gerais que despontavam, mas a modo de oposição ou de incorporação a um discurso erudito. Nessas circunstâncias, vemos o “dicionário clássico” como aquele que toma como referência discursiva as chamadas “autoridades clássicas”, sobretudo a dos escritores consagrados. Trata-se de uma representação elitista da sociedade. O lexicógrafo tem como interlocutor um público letrado erudito e produz uma imagem da língua dos clássicos, ao mesmo tempo em que evita as discursividades “populares”. Esse tipo de dicionário é o que encontramos em Laudelino Freire,<sup>23</sup> autor de um dos primeiros dicionários gerais brasileiros. Nele a distância entre uma elite letrada, os “homens de letras”, e as camadas populares, é fortemente explicitada. Isso se mostra tanto na não marcação de variedades regionais (“não tive a preocupação de distinguir regionalismos e provincianismos”), quanto na distância que se estabelece diante das falas populares, como se percebe no tratamento dado a termos de gíria e conversação:

No registro de gíria e de conversação, tive empenho em evitar as corrutelas que conduzem a erros crassos ou se traduzem em

<sup>22</sup> E. Orlandi efetua uma distinção entre a *língua imaginária* e a *língua fluida*: “A língua imaginária é aquela que os analistas fixam com suas sistematizações e a língua fluida é aquela que não se deixa imobilizar nas redes dos sistemas e das fórmulas” (ORLANDI, Eni Puccinelli. *Terra à Vista – discurso do confronto*: Velho e Novo Mundo, p. 75).

<sup>23</sup> FREIRE, Laudelino. *Grande e novíssimo dicionário da língua portuguesa*.



chulices, e em proscrever os barbarismos e solecismos que tanto deprimoram e achincalham o idioma. Léxico não é portão de feira franca, aberto a disparates de gíria, troças e plebéismos de esquisa, chulismos de mangalaça e pulhices desprezíveis, que se originam de ignóbil corrupção vocabular ou do instinto não menos grosseiro da plebe – palavras que não são palavras e têm em regra existência efêmera no giro flamejante das patuscadas e da patuléia.<sup>24</sup>

Por outro lado, o autor dispensa um tratamento especial a fatos lingüísticos que marcam o discurso das autoridades clássicas, como as *locuções adverbiais e prepositivas*, que “representam elas graças e galas de linguagem”, e a *regência verbal*. Tomemos este último caso. Diz o autor: “Dispensei carinhoso interêsse ao estudo da regência verbal”. A abordagem dos verbos é realizada com apoio em fontes de autores clássicos:

Quão útil, portanto, será a toda gente um dicionário que, acerca de todo verbo, nos apresente, ao lado da etimologia e acepções, o quadro, devidamente corroborado por exemplos clássicos, de todas as modalidades de construção a que se ele pode prestar!<sup>25</sup>

Nos verbetes, nota-se um trabalho detalhado com os verbos. São verbetes longos, em que a regência é mostrada de modo exaustivo, com a indicação do tipo, inclusive com a distinção de subclasses conforme a preposição utilizada e sempre com a abonação de cada acepção, tal como no verbete que segue:

CAMINHAR. v.r.v. De *caminho* + *ar*. Percorrer caminho a pé; andar (*intr.*; *tr. ind.*, com prep. *até a, com, para, por*): “Nuno Álvares Pereira, naturalmente calado e de si pouco risonho, *caminhava* com os olhos baixos, e a cabeça pendida sobre o peito” (Rebêlo da Silva). “As outras obedecem-lhe, *caminham* quando ela ordena;

<sup>24</sup> *Ibid.*, p. viii.

<sup>25</sup> *Ibid.*, p. xiii.

são como filhas, são como escravas” (C. Neto). “Pôs-se a *caminhar* a passos largos, as mãos atafalhadas nos bolsos das calças” (Id.). “Eu *caminhava* a pé, guiando-me ao sabor da imaginativa idéia” (Camilo). “Ajudado por esta circunstância *caminhei* com passos lentos e sutis” (Herculano). “Moveu-se e foi, quase de rôjo, *caminhando* de pés e mãos e mãos como os símios, lento, lento até junto do esqueleto” (C. Neto). “Vagarosamente *caminhou até* a porta do quarto (Id.). “Pagens, o nosso abade padece de gota: talvez lhe custe *caminhar até* a capela” (Herculano). “E fê-lo *caminhar com* duas muletas” (Rui). “por estar perto da cordoaria, donde vinha o rugido de um grande reboliço, *caminhou para lá*” (Camilo). “Dali a pouco, saindo ambos, *caminharam* silenciosos *pela* estrada *até a* um regato” (V. de Taunay). “*caminharam por* umbrosas colunatas de estrutura sem par” (Pôrto Alegre). “Dous amigos, ao *caminharem por* uma estrada, conversam ordinariamente em diversas matérias” (Odorico Mendes). || 2. Pôr-se em movimento; seguir, rodar (*intr.*; *tr. ind.*, com prep. *a*, *para*): “*Caminhávamos* enquanto os cavalos se podiam menear, e ficávamos onde nos colhia a noite” (Herculano). “Um frade bernardo alto, grosso e rubicundo, montado em uma possante mula branca, *caminhava* à frente da cavalgadura” (Id.). “*Caminha* à cordilheira; a serra avulta” (Pôrto Alegre). “A família real entrou no formoso côche, que se pôs a *caminhar para* Alcântara” (Corvo). || 3. Navegar, velejar (*intr.*): “*Caminha* o nauta, costeando as orlas de Gomeira” (Pôrto Alegre). || 4. Percorrer (o navio) uma distância (*intr.*) || Viajar (*intr.*): “Limitou-se a recomendar ao moço válido, ainda desnudado no gesto, que só *caminhasse* de noite, e com jornadas curtas” (Herculano). || 6. Ir, dirigir-se (*tr. ind.*, com prep. *a*, *para*): “Estrepitosos rios despenhados com vastadura queda *ao mar caminham*” (Odorico Mendes). “Vê que vou falar-te no tom do mártir que *caminha ao* seu fim sem voltar a face ao mundo que deixa” (Camilo). “*Caminhou para* o soldado, sacudiu-o pelo braço” (Rui). “*Caminhámos para* casa, e não trocámos palavra” (Camilo). || 7. Progredir (*intr.*; *trans. ind.*, com prep. *a*, *em*, *sobre*): “Nada; aquilo não *caminha*” (Castilho). “Os povos, segundo esta doutrina deshonrosa ou sequer desconsoladora para a humanidade, não podem *caminhar* sem que um rei

ou imperador os conduza pela mão” (Latino Coelho). “Desde então o poder otomano *caminhava* despejadamente *ao* seu maior esplendor” (Id.). “E a lua *caminhava no céu* levando a noite” (C. Neto). “Restava, para completar o seu trabalho, oferecer aos que pretendessem *caminhar sobre* os seus vestígios alguma parte daquilo com que êle mesmo se nacionalizara” (Castilho).<sup>26</sup>

No discurso de Freire notamos um primeiro gesto de autoria lexicográfica de um grande dicionário, ao afirmar que não marcaria os brasileirismos (“Feito principalmente para brasileiros, este dicionário não precisa da indicação de brasileirismo para conhecimento da linguagem falada no país”). Por esse lado, o autor estabelece uma ruptura em relação ao olhar do colonizador, mas, por outro, ao se filiar à visão histórica e clássica de Cândido de Figueiredo<sup>27</sup> e apoiar-se nas fontes das autoridades literárias, com acréscimo de alguns autores brasileiros consagrados, ele mantém uma certa continuidade da tradição portuguesa. Além disso, ao filiar-se a uma tradição de escrita, ele silencia os falares cotidianos, a diversidade concreta e até mesmo a literatura moderna que já se estabelecia no país.

Esse tipo de dicionário, a rigor, não teve sucessores na segunda metade do século. A terceira e última edição do dicionário de Freire data de 1957. O modo como a alteridade é tratada, de forma depreciativa, como ocorre com certas discursividades populares, deixa de figurar na ordem do discurso lexicográfico. Também a visão histórica que evocava um passado literário como modelo não se sustenta mais diante dos novos movimentos sociais. Com as mudanças conjunturais que levaram à legitimação de uma camada social em ascensão nos centros urbanos, novos instrumentos são fabricados visando a esses interlocutores, como veremos a seguir.

<sup>26</sup> Ibid.

<sup>27</sup> FIGUEIREDO, António Cândido de. *Novo dicionário da língua portuguesa*.

## O dicionário básico ou popular e a ascensão das classes trabalhadoras

Dos anos 1930 aos anos 1960, uma nova forma de dicionário se impõe na cena lexicográfica brasileira: o dicionário popular. Trata-se de um dicionário básico, pequeno ou médio, direcionado a um público mais amplo. Ele produz uma certa representação do povo como uma camada distinta da elite que tem necessidades específicas em relação à língua: conhecimento utilitário, básico, conciso, rápido, prático, portátil. Vários desses dicionários são editados a partir dos anos 1930. Dentre esses, um se destaca pelas várias reedições e por ter servido de base para a elaboração do dicionário Aurélio: o *Pequeno dicionário brasileiro da língua portuguesa* (PDBLP), de Barroso e Lima,<sup>28</sup> publicado em 1938.

Cabe aqui fazer uma distinção entre os dicionários que visam a descrever a língua do povo, em oposição à língua erudita, e os dicionários que são *direcionados* ao povo. Esse último caso é o que se pode atribuir ao PDBLP, já que ele apresenta uma língua culta “básica” direcionada para um público popular. Assim, não é o caso de se selecionar palavras de uma linguagem popular, mas sim de disseminar uma língua básica, reduzida, simplificada, e acrescentada de alguns termos em uso no Brasil.

O modo de enunciação dessa forma de dicionário é o da concisão e da parcimônia na exemplificação e na descrição gramatical. Vejamos como é definido o verbete *caminhar*:

**Caminhar**, *v. t.* Percorrer *caminho* a pé; andar; *v. int.* percorrer, andando.<sup>29</sup>

Relacionando essa definição com a da mesma entrada no dicionário de Freire, analisado anteriormente, nota-se a diferença que vai no sentido da concisão definitória e gramatical e da ausência de citações. O dicionário popular ganha força com a escolarização de massa, a difusão da imprensa e das editoras, e com a emergência de

<sup>28</sup> BARROSO, Gustavo; LIMA, Hildebrando. *Pequeno dicionário brasileiro da língua portuguesa*.

<sup>29</sup> *Ibid.*

uma classe média urbana trabalhadora. Ele funciona na construção de uma imagem de “língua básica” ou “popular”. Tal processo de redução e de homogeneização, se trouxe condições para o estabelecimento de uma unidade imaginária da língua nacional, produziu também um silenciamento da diversidade concreta. Isso se deu por meio de:

a) A reprodução de uma tradição escrita: Os dicionários básicos dos anos 1930 tomam como fonte a tradição lexicográfica portuguesa e brasileira, retendo em sua nomenclatura predominantemente os termos portugueses em uso no Brasil e os brasileirismos. As fontes escritas continuam sendo a base desse trabalho, embora algumas descrições de falares contemporâneos sejam realizadas.

b) Uma política lingüística homogeneizante: O dicionário geral popular nesse período não contempla a diversidade regional nem social. Constrói-se a imagem de um sujeito falante que tem necessidades urgentes de escolarização e profissionalização diante das mudanças sociais e econômicas em andamento. O argumento econômico determina a produção em larga escala de instrumentos básicos a baixo custo, fomentada por instituições como o Ministério da Educação e algumas editoras que se voltam para a produção de materiais nacionais e didáticos. Ao lado disso, a política lingüística que estabelecia a língua portuguesa como oficial tendeu a desautorizar o uso de línguas estrangeiras e a tornar obrigatório o ensino de uma língua portuguesa homogeneizada, por meio de instrumentos que não contemplavam a pluralidade das realidades lingüísticas.<sup>30</sup>

c) Um trabalho de redução textual: Os dicionários populares resultam de um trabalho de redução textual. A nomenclatura é reduzida e freqüentemente retomada de dicionários portugueses, embora com acréscimos de brasileirismos. Os exemplos são praticamente suprimidos, as definições são pouco extensas, as indicações gramaticais se limitam a categorias gerais. Em compensação, são

<sup>30</sup> Sobre a situação das línguas de imigrantes no Brasil no século XX ver PAYER, Maria Onice. *Memória da língua: imigração e nacionalidade*.

trabalhadas as relações sinonímicas, que se concentram na relação estrita palavra-palavra.

d) Deslocamentos dos limites entre o histórico, o científico e o cotidiano: Enquanto o dicionário clássico apoiava-se na gramática histórica e na filologia, o dicionário popular rompe com a perspectiva histórica e anuncia a descrição do uso, embora seja o uso de uma escrita reduzida, tomada como representativa da língua nacional. O rompimento com a temporalidade da história leva a evitar as discursividades clássicas e a apoiar-se na ciência, cuja legitimidade se amplia com a industrialização, e na linguagem “vulgar”, com a descrição das gírias e das locuções.

Essa forma de dicionário se estendeu durante o período que vai da década de 1930 à de 1960, enquanto forma sustentada pelo discurso da língua nacional. Ela vigorou em um período de ruptura em relação à tradição portuguesa, de consolidação de uma nomenclatura básica brasileira e de um corpo de definições concisas. Em alguns casos, como acontece com o dicionário de Ferreira,<sup>31</sup> o dicionário básico serviu de base para a produção do grande dicionário geral. Sabe-se que a partir da terceira edição do *Pequeno dicionário brasileiro da língua portuguesa*, Aurélio B. de H. Ferreira passa a colaborar com esse dicionário na redação dos brasileirismos, antes de se dedicar à feitura do *Novo dicionário da língua portuguesa*. Decorre que o grande dicionário geral se constituiu por meio de acréscimos a uma forma básica, diferentemente do caminho trilhado pelo dicionário de Freire, analisado anteriormente, que tomava como modelo um grande dicionário clássico português: o de Cândido de Figueiredo.

### O dicionário popular-clássico e a consolidação de uma classe média urbana

O dicionário popular-clássico resulta da acumulação das formas anteriores, bem como de deslocamentos nos sentidos de *popular* e de *clás-*

<sup>31</sup> FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*.

*sico*. Podemos considerar essa forma de dicionário como resultante da consolidação de uma classe média nos grandes centros urbanos. Já não se trata de divulgar amplamente uma língua básica, mas sim de consolidar uma língua constituída historicamente e que apresenta uma consistência cultural, literária, moral, científica e tecnológica, alicerçada nas camadas populares e profissionais. Direcionado tanto a um público erudito quanto a uma classe média estabilizada, esses dicionários alcançam ampla circulação e são eles que substituem os dicionários portugueses a partir dos anos 1960.

Tomando para análise os dicionários de Ferreira<sup>32</sup> e de Silva,<sup>33</sup> identificamos duas tendências dessa forma de dicionário: a tecnológica-enciclopédica e a literária-moral. A primeira caracteriza-se pelo discurso da urbanidade, da industrialização, da profissionalização, da ciência e a segunda está assentada na discursividade literária, nos exemplos edificantes e morais, no registro de regionalismos, e na imagem de abundância de palavras e de sinônimas.

Ambas as tendências trazem uma nova formulação lexicográfica, que se sustenta em um retorno da perspectiva histórica, mas desta vez não apoiada no modelo das autoridades clássicas, mas sim em uma visão de mudança das línguas, e isso com base em duas imagens: a da “língua viva” e a da “língua sistema”. Isso corresponde a duas posições ideológicas: a primeira, que evoca a figura do lexicógrafo Littré, filia-se a uma visão biológica da língua, tomada em sua “evolução” histórica e na qual os discursos populares são desencadeadores de mudanças; a segunda, que evoca a figura de Saussure, vê a língua como “sistema” social e a mudança (“diacronia”) como resultado de transformações sociais, nesse caso tecnológicas, econômicas, profissionais, urbanas.

Observemos as definições do verbo *caminhar* nos dois dicionários:

**caminhar**, v. (*caminho* + *ar*). 1. Intr. Percorrer caminho a pé: Esta é a estrada; agora, *caminhemos*. 2. Intr. Pôr-se em movi-

<sup>32</sup> Ibid.

<sup>33</sup> SILVA, Adalberto Prado e. *Novo dicionário brasileiro Melhoramentos ilustrado*.

mento, rodar, seguir: O jipe *caminhava*, rumo à fazenda. 3. Intr. Navegar, velejar: Ao longe, *caminha* um iate. 4. Intr. Campear: Nesse ambiente *caminhava* a corrupção. 5. Intr. Progredir: Assim *caminha* a humanidade. 6. Tr. ind. Ir, dirigir-se: *Caminhou* ao jardim. 7. Tr. ind. Marchar, seguir: *Caminhai para* o alvo que vos foi proposto. 8. Tr. dir. Andar, percorrer: *Caminhei* tôda aquela *distância*. *Caminharam* dois quilômetros.<sup>34</sup>

**Caminhar.** *V. int.* 1. Percorrer caminho a pé; andar: *Caminha diariamente* 12 *km*. 2. Pôr-se em movimento, avançar; seguir; dirigir-se, encaminhar-se: *Caminhou em direção ao palácio*. 3. Navegar, velejar. 4. Percorrer (o navio) uma distância. 5. *Fig.* Ir para a frente; progredir; avançar; adiantar-se: *Desanimado como você anda, seu livro não caminhará; O seu processo não caminhará se você não procurar acompanhá-lo*.<sup>35</sup>

Observa-se que, diferentemente do que ocorre em Freire, não aparecem aqui os exemplos literários de autoridades clássicas. Ao invés disso, vemos a presença de exemplos elaborados, alguns deles com enunciados comportamentais ou morais (Em Silva: “Nesse ambiente *caminhava* a corrupção”, “*Caminhai para* o alvo que vos foi proposto”; em Ferreira: “*Desanimado como você anda, seu livro não caminhará; O seu processo não caminhará se você não procurar acompanhá-lo*”). Isso atesta as transformações no modo de enunciação e na função de autoria do dicionário. O discurso não se sustenta tanto nas autoridades clássicas, mas sim em um dizer didático ou moral, que simula a fala cotidiana sem se afastar das enunciações modelares de uma memória de escrita.

Note-se que em outras entradas de verbos aparecem também, além dos exemplos elaborados pelo lexicógrafo, abonações de textos literários, o que caracteriza a junção das discursividades cotidianas com as das autoridades literárias, tanto clássicas quanto modernas. É o que

<sup>34</sup> Ibid.

<sup>35</sup> FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*.



acontece, por exemplo, com o verbete *andar* em Ferreira,<sup>36</sup> no qual vemos citações de autores como José de Alencar, Gonçalves Dias, Machado de Assis, além de autores modernos como Cecília Meireles, Graciliano Ramos, Manuel Bandeira, dentre outros, e de jornalistas como Paulo Francis. Vê-se que a literatura bem como a mídia brasileira está contemplada no dicionário, o que marca o reconhecimento das produções culturais e jornalísticas nacionais.

O dicionário popular-clássico, como vimos, atesta uma sobreposição do clássico ao popular, ao modo dos acréscimos e da instituição de uma posição de autor lexicógrafo que interfere na exemplificação. O contínuo incremento de brasileirismos e de citações literárias, bem como nas edições seguintes, até o final do século XX, o retorno cada vez mais explícito dos textos clássicos, indicam a constituição desse espaço heterogêneo que busca aproximar o erudito e o popular em um mesmo instrumento lingüístico. As formulações exemplares que misturam a fala cotidiana e os enunciados modelares morais são um índice dessa heterogeneidade dos discursos.

### Conclusão

O aparecimento dos dicionários monolíngües é um fato singular na história das idéias lingüísticas no Brasil. Foi somente no período que vai dos anos 30 aos anos 60-70 do século XX que se estabeleceram as condições para a produção ininterrupta de uma série dessas obras. Nessa história, nota-se a formação de diferentes formas de dicionário, que correspondem a diferentes representações da sociedade e a distintas posições ideológicas.

A rejeição de uma representação erudita, que se operou com a chegada dos dicionários populares, correspondeu a uma ruptura com a história e com o modelo das autoridades clássicas. Mas se esse corte ideológico produziu uma base para a estabilização de uma tradição nacional, aquilo que foi rejeitado passou a retornar sob a forma de acréscimos (de

<sup>36</sup> Ibid.

brasileirismos, de regionalismos, de locuções, de acepções, de exemplos literários, etc.), que não são mais complementos dos dicionários portugueses, mas dos próprios dicionários brasileiros. Tais acréscimos, que conduzem à formação dos grandes dicionários gerais, levam a uma imagem de abundância lexical e de suplementação histórica (seja ao modo da evolução, seja ao modo da diacronia).

Tais processos indicam nos dicionários uma sociedade primeiramente cindida entre o erudito e o popular, e que em seguida procura sanar essa ferida ao modo da complementação e do retorno da história, ou seja, de uma história de um país de colonização que confirmou um espaço polêmico de memória, no jogo entre a perspectiva do colonizador e a do colonizado.

Uma última observação quanto ao processo de formação da língua nacional. Os grandes dicionários gerais que se estabeleceram no Brasil se apoiaram em iniciativas privadas de editoras, como foi o caso de Freire, Silva e Ferreira. Já os dicionários básicos e populares, que também tiveram ampla produção de editoras privadas, como ocorreu com Barroso e Lima, receberam um auxílio governamental significativo, como vemos nas várias edições que obteve o *Dicionário escolar da língua portuguesa*, de Silveira Bueno,<sup>37</sup> publicado pelo Ministério da Educação. Enquanto isso, os dicionários relacionados à Academia Brasileira de Letras, como o de Antenor Nascentes,<sup>38</sup> de 1961-1967, não chegaram a ter uma representatividade mais ampla e uma continuidade. Isso mostra que o papel do Estado na produção dos grandes dicionários monolíngües se restringiu a algumas iniciativas localizadas, sem maiores repercussões, a não ser em relação aos dicionários básicos escolares e a vocabulários ortográficos. Enquanto isso, as editoras independentes estabeleceram condições para o trabalho lexicográfico, a construção de arquivos e a divulgação das obras. Mencionemos por fim que as universidades tiveram um papel coadjuvante nessa história, visto que participaram da formação de lexicógrafos, mas não empreenderam durante o século XX grandes projetos.

<sup>37</sup> BUENO, Francisco da Silveira. *Dicionário escolar da língua portuguesa*.

<sup>38</sup> NASCENTES, Antenor. *Dicionário da língua portuguesa*.

Somente no início do século XXI tivemos a publicação, em 2002, de um dicionário geral elaborado na universidade.<sup>39</sup>

Para finalizar, vamos retornar à questão da alteridade e seus efeitos na produção de saber lingüístico. Ao localizar a análise de discurso em meio às disciplinas de interpretação, Michel Pêcheux afirma: “é porque há o *outro* nas sociedades e na história, correspondente a esse outro próprio ao linguajeiro discursivo, que aí pode haver ligação, identificação ou transferência, isto é, existência de uma relação abrindo a possibilidade de interpretar. E é porque há essa ligação que as filiações históricas podem-se organizar em memórias, e as relações sociais em redes de significantes.”<sup>40</sup> As transformações por que passam os dicionários no século XX brasileiro têm a ver com o real das alteridades sociais que nesse contexto demandam sentidos, pedem interpretações. Os dicionários, como lugares de escuta e de escrita da sociedade, constituem memórias da língua nacional, organizadas por meio de diferentes filiações sócio-históricas.

A diversidade das posições sociais construídas no dicionário podem ser vistas sob a perspectiva do que Eni Orlandi chama a “heterogeneidade lingüística”, no sentido de que “joga em ‘nossa’ língua um fundo falso em que o ‘mesmo’ abriga no entanto um ‘outro’, um ‘diferente’ histórico que o constitui embora na aparência da ‘mesmidade’: o português brasileiro e o português-português se recobrem como se fossem a mesma língua mas não são.”<sup>41</sup> Quando refletimos sobre o dicionário enquanto forma de representação imaginária da língua, a heterogeneidade lingüística se observa tanto na duplicidade da língua portuguesa e da língua brasileira, quanto no interior mesmo da língua brasileira, com a divisão social dos falantes aí representados (eruditos, populares, escolares, etc.) e seus efeitos nas formas de dicionários.

<sup>39</sup> BORBA, Francisco da Silva. *Dicionário de usos do português do Brasil*.

<sup>40</sup> PÊCHEUX, Michel. *Estrutura ou acontecimento*, p. 54.

<sup>41</sup> ORLANDI, Eni Puccinelli. *A língua brasileira*, p. 31.

## Referências bibliográficas

- AULETE, Francisco Júlio Caldas. *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Delta, 1958.
- AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1992.
- \_\_\_\_\_. Língua e hiperlíngua. *Línguas e Instrumentos Lingüísticos*, Campinas: Pontes, n. 1, p. 17-30, 1998.
- BARROSO, Gustavo; LIMA, Hildebrando. *Pequeno dicionário brasileiro da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938.
- \_\_\_\_\_. *Pequeno dicionário brasileiro da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1939.
- BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez e latino*. Lisboa: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728.
- BORBA, Francisco da Silva. *Dicionário de usos do português do Brasil*. São Paulo: Ática, 2002.
- BUENO, Francisco da Silveira. *Dicionário escolar da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Departamento Nacional de Educação, 1955.
- CORUJA, Antônio Álvares Pereira. Coleção de vocábulos e frases usados na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 1852.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.
- \_\_\_\_\_. *Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- FIGUEIREDO, Antônio Cândido de. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Lisboa: Tavares Cardoso & Irmão, 1899.

FREIRE, Laudelino. *Grande e novíssimo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: A Noite, 1939-1944.

\_\_\_\_\_. *Grande e novíssimo dicionário da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1957.

NASCENTES, Antenor. *Dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras: Imprensa Nacional, 1961-1967.

NUNES, José Horta. *Dicionários no Brasil: análise e história do século XVI ao XIX*. Campinas: Pontes, 2006.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Terra à vista – discurso do confronto: Velho e Novo Mundo*. Campinas: Ed. da Unicamp; São Paulo: Cortez, 1990.

\_\_\_\_\_. A língua brasileira. *Trabalhos em Lingüística Aplicada*, Campinas, n. 23, p. 29-36, jan./jun. 1994.

\_\_\_\_\_. (Org.). *História das idéias lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional*. Campinas: Pontes; Cáceres: Unemat, 2001.

PAYER, Maria Onice. *Memória da língua: imigração e nacionalidade*. São Paulo: Escuta, 2006.

PÊCHEUX, Michel. *Estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 1990.

PINTO, Luís Maria da Silva. *Dicionário da língua brasileira*. Ouro Preto, 1832.

ROHAN, Visconde de Beaurepaire. *Dicionário de vocábulos brasileiros*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

RUBIM, Braz da Costa. *Vocabulário brasileiro para servir de complemento aos dicionários da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Tip. Dois de Dezembro, 1853.

SILVA, Adalberto Prado e. *Novo dicionário brasileiro Melhoramentos ilustrado*. São Paulo: Melhoramentos, 1962.

\_\_\_\_\_. *Novo dicionário brasileiro Melhoramentos ilustrado*. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

SILVA, António de Moraes. *Dicionário da língua portuguesa*. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.

SOARES, Antônio Joaquim de Macedo. *Dicionário brasileiro da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Anais da Biblioteca Nacional, 1888.